

Câmara aprova anistia para os demitidos

A Câmara dos Deputados aprovou ontem a anistia ampla para os servidores da administração pública federal e empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista, que tenham sido demitidos entre 16 de março de 1990 e 30 de setembro de 1992, durante o governo do ex-presidente Fernando Collor. Por 218 votos a 45 e uma abstenção, os deputados rejeitaram uma emenda do Senado que restringia drasticamente a anistia dos servidores, aprovando, assim, o projeto original da Câmara.

O projeto, agora, vai à sanção presidencial. Depende, assim do presidente Itamar Franco conceder a anistia ou limitá-la, através de vetos parciais. O Governo estima em 2,6 bilhões de dólares os gastos anuais com o pagamento de vencimentos com os 108 mil funcionários demitidos pelo ex-presidente Collor, caso todos requeiram a reintegração. Embora essa hipótese seja bastante improvável, a SAF (Secretaria de Administração Federal) revela que é impossível calcular quantos servidores re-

tornariam à folha de pagamento do Governo.

Na SAF já existem 47 mil pedidos de reintegração, mas o projeto prevê um prazo de mais 60 dias para novos pedidos. A emenda do Senado impedia que os despedidos sem justa causa e nem fundamentação suficiente fossem recontratados. A limitação aprovada pelos senadores e rejeitada pelos deputados também impedia a recontratação de servidores provenientes de órgãos extintos, transformados ou fundidos pelo Governo Federal, por exemplo.

Sem liderança, desde que o deputado Roberto Freire (PPS-PE) deixou o cargo, o Governo não foi representado em plenário. O líder do PFL, deputado Luís Eduardo Magalhães (BA), acabou representando a posição do Palácio do Planalto. "Esse projeto representa o desequilíbrio nas contas públicas", protestou Luís Eduardo, isolado em sua posição. O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, já disse anteriormente que deixaria o Governo caso o projeto fosse sancionado pelo presidente Itamar. Lideranças dos funcionários públicos demitidos pressionaram durante todo o dia as lideranças na Câmara. Depois da votação, o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) reagiu: "Tudo que é para aumentar gastos a Câmara aprova".